



Nº12 , dezembro 2013

PONTO DE VISTA

Perspectivas sobre o desenvolvimento

O debate sobre o desenvolvimento em perspectiva comparada: o papel das comunidades epistêmicas na Argentina, no Brasil e no México¹

PONTO DE VISTA, Nº12, dezembro 2013

ISSN 1983-733X.

Andrea Oliveira Ribeiro²

Esse trabalho visa contribuir para a compreensão do fenômeno da emergência do “novo desenvolvimentismo” na América Latina. Primeiro, busca-se recuperar as principais contribuições para a compreensão dos processos socioeconômicos que vem ocorrendo na periferia do capitalismo. Análises de corte institucionalista têm buscado respostas para a questão da mudança institucional. Mais recentemente, a literatura das Variedades do Capitalismo (Hall e Soskice, 2001) tem buscado retomar o debate sobre o desenvolvimento capitalista em um contexto de globalização. Na América Latina, teóricos da economia e da ciência política também têm se proposto a analisar as possibilidades de mudança institucional e de modelo de acumulação capitalista, esforço que se insere na crítica mais ampla aos modelos teóricos baseados por um lado na escolha racional do indivíduo e na economia neoclássica por outro. Num segundo momento, analisa-se o fenômeno de emergência de comunidades epistêmicas (Haas, 1992) em três países da América Latina: Argentina, Brasil e México. Sem desconsiderar as enormes diferenças que caracterizam o processo de dinamização da economia

¹ Trabalho apresentado no VII Congresso da Associação Latino-Americana de Ciência Política, ALACIP, Bogotá, 2013.

² Doutoranda em Ciência Política pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP/UERJ). Bolsista CAPES e pesquisadora associada do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC/IESP/UERJ).

capitalista em cada um desses países, buscamos ressaltar a produção de ideias ou um *hall* de percepções de grupos específicos e sua influência (ou não) na formulação de políticas macroeconômicas (voltadas para os problemas de baixa produtividade, baixo crescimento, restrição fiscal e monetária) e econômico-sociais (desemprego, acesso aos serviços públicos como educação e saúde, etc). Ao final, propomos algumas perguntas que devem direcionar o projeto de pesquisa a ser desenvolvido no IESP/UERJ, sob orientação do Prof. Renato Boschi, que busca identificar não apenas os grupos e agentes que produzem conhecimento sobre países em contextos periféricos, mas também das grandes ideias que servem de base aos processos de mudança institucional. Sem perder de vista o quão variável é o tempo histórico (Braudel, 1978) e a limitação imposta a qualquer cientista social que se proponha a entender o presente mais imediato.

1) **Debates acadêmicos sobre o desenvolvimento capitalista: instituições.**

Com o fim da Segunda Guerra Mundial a questão do desenvolvimento tornou-se um imperativo. A crise econômica mundial dos anos 30 deu início a um ciclo histórico de construção do chamado Estado do Bem Estar Social nos países centrais. Para a América Latina, esse ciclo correspondeu à sua inserção na economia mundial e à transição de um modelo econômico agrário-exportador para o modelo industrial. Um período marcado pelo planejamento econômico destinado à consecução de um projeto de industrialização baseado na estratégia de substituição de importações com vistas ao desenvolvimento do mercado interno (Kupfer, 2009; Sunkel, 2007; Guillén, 2007; e outros). Nesse período, constituiu-se uma corrente de reflexão sobre as especificidades e o caráter estrutural do desenvolvimento latino-americano, cujo lócus de irradiação era a CEPAL (Almeida Filho e Correa, 2011).

As reflexões de Raúl Prebisch (1949) a partir do conceito de centro-periferia³ levaram à construção de um diagnóstico para o problema dos países latino-americanos. Suas economias especializadas na produção de bens primários e sua planta produtiva voltada ao atendimento do mercado externo seriam os responsáveis por uma situação de enclave que inviabilizaria o desenvolvimento autônomo, tornando necessária a participação do Estado como agente nesse processo. Nas relações entre centro (países industrializados) e periferia (países em industrialização) os termos de troca eram desiguais (produtos primários x produtos manufaturados) e aprofundariam a longo prazo as diferenças entre esses dois polos.

³ O conceito de centro-periferia foi amplamente utilizado pelos teóricos da dependência, assim como por Imanuel Wallerstein em sua teorização sobre o sistema-mundo, e sua origem remonta aos escritos do romeno Mihail Mainolesco, cujo livro *Teoria do protecionismo e da permuta internacional* foi publicado em 1931, sob patrocínio do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP), ver Curi & Saes, 2012.

Nessa mesma linha, Celso Furtado (1961; 1995) formulou uma teoria histórica para explicar o subdesenvolvimento e explicitar o caráter simbiótico entre o desenvolvimento nas nações centrais e a permanência do subdesenvolvimento na periferia. O diagnóstico de Furtado predizia que as economias latino-americanas apresentavam alto grau de especialização em poucas áreas de exportação com baixo grau de diversificação e complementaridade inter-setorial, além de baixa produtividade geral. Dadas as suas características estruturais, havia uma tendência ao desemprego, à deterioração dos termos de troca, ao desequilíbrio da balança de pagamentos e à inflação (Bielschowsky, 2000). A partir desse diagnóstico, desenvolveu-se uma estratégia de substituição das importações (ISI) para diminuir os efeitos da dependência externa e incrementar o mercado interno.

A proposta da CEPAL, que não se restringiu às contribuições de Prebisch e Furtado, era inovadora e alternativa ao liberalismo econômico predominante (Cepêda, 2011 e 2012, e outros), ainda que sua formulação tenha sido favorecida pelo contexto histórico de crise econômica com estagnação e desemprego nas economias centrais. Com as transformações econômicas ocorridas nos anos 70 e a retenção dos fluxos de capital externo em direção à periferia, que culminaram na crise da dívida externa dos anos 80, a intervenção estatal e o modelo de Estado desenvolvimentista caíram em descrédito. De acordo com Sunkel (2007), a falência do projeto desenvolvimentista estaria relacionada à persistência dos desequilíbrios econômicos, sociais e políticos internos; à influência das crises econômica, energética e financeira internacionais; à aceleração dos fenômenos da globalização e da revolução tecnológica; e ao surgimento da práxis e ideologia neoliberais.

O fortalecimento das soluções econômicas restritivas e calcadas no controle inflacionário e na estabilização monetária, que se espalharam pela América Latina a partir das agências internacionais de financiamento (como o FMI e o Banco Mundial) e dos técnicos formados no exterior que assumiram posições chave na estrutura da administração pública dos países da região, produziu o ambiente no qual se verificou o estreitamento do debate sobre a política industrial enquanto estratégia de superação do subdesenvolvimento.

Nos anos 90, o fim da Guerra Fria e a dissolução do bloco comunista deram espaço para a chamada década neoliberal. As políticas econômicas que visavam à estabilização monetária e o controle inflacionário se sobrepuseram, no plano governamental, às políticas industriais que tinham como objetivo dar prosseguimento ao processo de industrialização. Na América Latina, a

difusão de políticas econômicas restritivas com ênfase no controle inflacionário deu a tônica. No Brasil, o primeiro governo eleito diretamente após o fim do regime militar, o de Fernando Collor de Melo, assumiu em março de 1990 com o anúncio de um plano de reforma do Estado (com privatizações e extinção de órgãos públicos), além de um severo conjunto de reformas econômicas para contar a hiperinflação. Esse conjunto de reformas, chamado Plano Brasil Novo, ficou conhecido como Plano Collor. A estabilização econômica, contudo, só seria alcançada com o Plano Real (1994), lançado no final do governo Itamar Franco.

O contexto histórico alterado exigiu então novas elaborações por parte dos teóricos da CEPAL. É esse o período do neo-estruturalismo cepalino, segundo Bielschowsky (2000a), em que se recupera uma agenda de análises e de políticas do desenvolvimento e se procura adaptá-las aos fenômenos da globalização e da abertura econômica. Essa agenda positiva incorpora a necessidade de controles macroeconômicos para garantir a estabilização e uma atuação estatal seletiva na economia. Nesse sentido, o componente macroeconômico ganhava importância na medida em que produziria as condições econômicas necessárias para garantir o bem estar social (emprego e inclusão social). Contudo, essa reorientação da CEPAL não foi suficiente para garantir sua posição como centro de reflexão sobre o processo de industrialização dos países da América Latina. Ao longo da década de 2000, além da falência de um modelo de produtividade calcado em rigidez fiscal e monetária (cujos resultados relativos a crescimento econômico foram insatisfatórios), houve uma importante mudança na direção política dos países da região. Muitos analistas avaliaram essa mudança como uma guinada à esquerda (citar Hagopian e ?), que teve início com a ascensão de Hugo Chávez à presidência da Venezuela, em 1998.

No caso do Brasil, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) com a eleição do presidente Lula em 2002 pode ser apontada como um dos fatores desencadeantes desse processo. No caso da Argentina, a crise estatal que teve seu clímax em 2000 e se estabilizou com a eleição de Néstor Kirchner em 2003. Já no que toca ao México, o surgimento de uma crítica ao modelo vigente só se deu muito recentemente, no período que antecedeu a eleição do atual presidente, Enrique Peña Nieto, do Partido Revolucionário Institucional (PRI).

Para os fins a que se destina esse texto, tem-se como pressuposto geral que os debates políticos encetados em determinado contexto nacional são determinados tanto pelas contingências externas (especialmente em contextos de crise econômica e política) quanto pelas trajetórias históricas particulares de um povo, nação ou país. Pressupõe-se que a recuperação de termos como

modernização, autonomia e projeto nacional, referências constantes no pensamento social brasileiro dos anos 50 e 60, e do pensamento latino-americano de modo mais amplo, pode ser considerada uma tentativa de recolocar o antigo debate proposto pelos nacional-desenvolvimentistas, que advogavam a possibilidade de desenvolvimento autônomo do país dentro de um sistema capitalista e liberal, em um novo debate marcado pela globalização e pela assunção de novos modelos de desenvolvimento como o da China e o da Índia. Essa assunção pode ser genericamente estendida para os casos argentino e mexicano, esse último em menor intensidade.

Segundo Hall e Taylor, “*numerosos teóricos dessa escola [institucionalismo histórico] tendem a distinguir no fluxo dos eventos históricos períodos de continuidade e 'situações críticas' (...) momentos nos quais mudanças institucionais importantes se produzem, criando desse modo 'bifurcações' que conduzem o desenvolvimento por um novo trajeto.*” (2003:201). Para nós, é importante ter em mente a importância das instituições enquanto provedoras de padrões de comportamento político que sejam capazes de fornecer previsibilidade e segurança; isto é, a influência das instituições sobre o comportamento dos atores políticos, que baseados nesses padrões institucionais planejam suas ações e calculam as ações de outros atores.

É através das instituições que as comunidades epistêmicas atuam, ainda que de maneira difusa e nem sempre coordenada. É a penetração e a difusão de uma determinada comunidade epistêmica que pode garantir uma melhor absorção de novos padrões de comportamento político e proporcionar a transformação desses padrões, códigos e modelos ideológicos em prática.

As comunidades epistêmicas são redes de profissionais que, ao partilharem princípios racionais de julgamento e critérios de validade intersubjetivamente estabelecidos, podem exercer sua autoridade e competência em suas esferas de pertinência, para aplicar esses critérios no julgamento de assuntos e empreendimentos politicamente relevantes (Haas, 1992). Desse modo, as comunidades epistêmicas poderiam antecipar e avaliar os resultados de cursos alternativos de ação, procurando dar visibilidade às redes de ligações que se estabelecem entre estados de coisas no mundo, os programas de ação e as políticas públicas (González de Gómez, 2003).

Logo, é necessário buscar recurso na literatura disponível acerca das ideias e do conhecimento e sobre a relação destes com a ação política. Como propõem Goldstein e Keohane (1993), as ideias podem servir como mapas de ação para dirimir as incertezas enfrentadas pelos atores políticos em

um mundo cada vez mais inconstante; podem servir como fator atenuante do conflito em situações de negociação contínuas em que os resultados tornam-se imprevisíveis; e ainda, ao se “embrenharem” nas instituições e nas práticas sociais, as ideias podem atuar como uma trava a ações políticas cristalizadas, forçando a mudança.

Mais recentemente, Vivien Schmidt (2011), chamou atenção para a importância de incorporar as ideias nas análises políticas e considerar as instituições tanto como estruturas que constroem a ação e o pensar dos atores políticos, como também um constructo interno aos agentes, que lhes permite produzir novas interpretações e produzir mudanças. As instituições seriam, ao mesmo tempo, estruturas constrangedoras (moldando a ação e o pensar) e objeto de reflexão dos atores, que atuam sobre as mesmas através de suas habilidades comunicativas e ideacionais.

As teorias que lidam com o conceito de comunidade epistêmica (Haas, 1992) também esposam a noção de que as redes de produção de conhecimento formadas por profissionais de áreas diversas - que tem autoridade argumentativa sobre determinados nichos de conhecimento - são responsáveis por fornecer estabilidade para a ação política, ao produzirem menos incerteza. Seguindo Schmidt, essas redes de conhecimento também seriam capazes de promover a mudança, produzindo novos quadros ideacionais.

O que nos interessa particularmente é entender de que modo se operou (constituição de redes de discussão e irradiação de ideias) a mudança no fluxo das ideias sobre o desenvolvimento (e sua possibilidade) dentro do contexto latino-americano e em sua conexão com o contexto internacional. Considerando que essa mudança e a retomada do termo desenvolvimentismo (ou *desarrollismo*) só foram possíveis após a construção de uma crítica acadêmica às práticas políticas e econômicas ortodoxas levadas a cabo pelas nações já industrializadas e em processo de industrialização ao longo dos últimos 30 anos. Críticas que demonstraram a ineficácia de programas econômicos voltados única e exclusivamente ao controle macroeconômico, mas com pouco impacto positivo no campo social (Diniz, 2010).

2) **Experiências latino-americanas no contexto pós-neoliberal: Argentina, Brasil e México.**

i) O caso argentino

Na Argentina, o processo de liberação econômica foi bastante intenso e marcado por profundas mudanças nas relações capital-trabalho. Ao mesmo tempo em que houve uma reestruturação

econômica marcada pela liberalização econômica e pela transnacionalização do capital, ocorreu um processo de precarização do trabalho (ver Feliz, 2011, Bustelo, 2013). O processo de liberalização econômica argentino teve início ainda nos anos 70 e aprofundou-se ao longo das décadas seguintes. Encetado pelo governo Menem (1989-1999), o período de reestruturação econômica de corte neoliberal baseou-se na precarização do trabalho e na transnacionalização do capital através da financeirização e do crescimento das empresas extrativas voltadas para o mercado externo. Como resultado aparentemente contraditório, além de altas taxas de desemprego formal e, portanto, do aumento da pobreza, ocorreu crescimento econômico, mas sem equidade.

Com fortes controles macroeconômicos e rigidez cambiária, esse modelo de acumulação do capital chega ao seu limite no final dos anos 90, pressionado pelas crises asiática e brasileira que, ao promoverem a desvalorização de suas respectivas moedas, fortaleceram os que defendiam uma solução via desvalorização do peso argentino. Nesse sentido, o caso argentino é marcado por uma forte ruptura e uma crise econômica e institucional profunda que dá espaço para a formação de um grupo de defensores de um projeto neo-desenvolvimentista com forte participação do Estado, que permite a conformação de uma coalizão entre vários setores da sociedade no processo de pós-convertibilidade.

Nesse contexto de crise econômico-social é que se estabelece um debate sobre a necessidade de se alterar o modelo de acumulação baseado na sobrevalorização do câmbio. Segundo Ortiz e Schorr (2007), os elementos centrais que permitiram a formação de grupos pró-desvalorização a partir de 2002 resumem-se à percepção do esgotamento do modelo baseado no câmbio forte e no endividamento externo. Desse modo, conformaram-se dois blocos distintos no plano interno. O primeiro em defesa do capital produtivo, que agregava a União Industrial Argentina (UIA) sob a presidência de Osvaldo Real, e outro que agregava os representantes do capital financeiro (sistema financeiro local e empresas privatizadas).

Ainda segundo Ortiz e Schorr, a formação de uma coalizão pós-convertibilidade só foi possível porque esses grupos empresariais foram capazes de congregarem outros setores sociais (como trabalhadores, políticos e religiosos) ao articular no plano ideológico-discursivo a valorização dos conceitos de produção, indústria, trabalho, retorno do papel do Estado e nação (Ortiz, Schorr, 2007:6). Além disso, os debates gerados em torno de uma solução para o impasse gerado pelo caráter restritivo e altamente vulnerável do modelo de convertibilidade, leia-se: estagnação econômica, angariaram o apoio da comunidade acadêmica nacional e internacional.

Nesse sentido, é importante destacar a conformação do Grupo Fênix sob os auspícios da Universidade de Buenos Aires (UBA). Formado por um grupo de 30 economistas de variadas correntes de análises, dentre os quais Aldo Ferrer, Jorge Katz, Saúl Keifman, Norberto González, Carlos García Tudero e Abraham Leonardo Gak, Arturo O'Connell, Fernando Porta e Mario Rapoport. O grupo se reuniu com o objetivo de buscar soluções de curto, médio e longo prazo para os problemas relacionados ao desenvolvimento argentino. Mais particularmente, os participantes se colocaram a tarefa de apresentar um diagnóstico sobre a natureza dos problemas centrais da economia argentina e formular propostas para a resolução dessa crise, expressa como crítica e urgente e marcada pela estagnação, concentração da riqueza, aumento da pobreza e da exclusão, assim como pela perda da capacidade de “decidir” o próprio destino.

A partir das primeiras reuniões de trabalho realizadas em setembro de 2001, aprovou-se quatro meses depois um plano estratégico intitulado “Hacia El Plan Fénix, diagnóstico y propuestas. Una estrategia de reconstrucción de la economía argentina para el crecimiento con equidad” (Resolução 6846 do Conselho Superior da Universidade de Buenos Aires). Neste mesmo documento, designou-se Abraham Gak como diretor do projeto. A essas reuniões, assistiram além dos próprios acadêmicos responsáveis pelo projeto, uma comunidade mais ampla (cerca de 500 participantes), inclusive altos funcionários do governo como o ministro da Educação e do Trabalho e o secretário de Ciência e Tecnologia à época.

Em um primeiro momento, relacionado com a agudização da crise do modelo de convertibilidade implantado pelo governo Menem, o grupo propôs um diagnóstico para crise que ressaltava a necessidade de combater de forma eficaz a pobreza, erradicar a desocupação e a urgência de distribuir a riqueza “de forma muito mais efetiva” (Treber, 2005). Sem, contudo, rechaçar a necessidade de sustentar políticas monetárias e cambiais eficazes, ainda que reconhecendo seu caráter limitado para a consecução dos objetivos propostos. Nesse sentido, faz-se uma crítica à política de metas de inflação defendida pelo Banco Central argentino, por provocarem o “aumento automático da taxa de juros” (idem, 2005). No que toca o aspecto da negociação internacional, ou mais especificamente a renegociação da dívida externa argentina com os credores internacionais, o Grupo Fênix assume uma posição a favor do “desendividamento” e contrária a falta de flexibilidade nas negociações, propondo inclusive a suspensão dos pagamentos em caso de falta de acordo. A lógica seguida é a de que sem crescimento econômico não é possível pagar uma dívida entendida como fruto da financeirização.

Em artigo de 2005, o economista Aldo Ferrer expõe os termos do debate:

“estamos convencidos que el bienestar social, la solidaridad y el reparto equitativo del ingreso, es un imperativo ético y una condición esencial del mismo desarrollo económico. Pensamos también que el desarrollo con equidad solo es posible en una sociedad que asume el comando de su propio destino y que es capaz de insertarse en el mundo global de manera simétrica y no subordinada. De este modo el desarrollo se realiza en el espacio nacional y depende, en primer lugar, de las decisiones propias. (...) De partida, este conjunto de supuestos planteó una discrepancia radical con el enfoque neoliberal que inspiró las políticas inauguradas con el golpe de estado de 1976 y llevadas, hasta sus últimas consecuencias, en la década de 1990. Pudimos así anticipar, en el transcurso del 2001, que íbamos rumbo al caos y que estaba amenazada la seguridad jurídica y el régimen de contratos. Dijimos que estas son condiciones necesarias de una sociedad organizada que solo pueden afirmarse sobre reglas del juego que permitan sostener los equilibrios macroeconómicos, expandir la producción y el empleo”. (Ferrer, 2005)

Os principais termos do chamado debate novo-desenvolvimentista ou *neodesarrollista* estão postos: crítica ao neoliberalismo; valorização de controles macroeconômicos e preocupação com o aspecto, digamos, social do processo de desenvolvimento capitalista; e papel do Estado como mediador dos conflitos capital x trabalho. Nesse sentido, cabe ressaltar, a opinião dos críticos (ver Castelo-Branco, 2009) mais radicais às propostas novo-desenvolvimentistas (no Brasil, como na Argentina) que acusam as propostas de serem reformistas e de não conterem nenhuma sugestão de mudança estrutural profunda que coloque em cheque os princípios de acumulação capitalista.

O principal documento produzido por essa comunidade epistêmica argentina, o chamado Plan Fênix (2001) define 10 propostas básicas para garantir as condições necessárias à consecução de um projeto nacional de desenvolvimento econômico e social:

1. Estabilidade institucional e política.
2. Aumento do emprego e incorporação da força de trabalho ao processo de crescimento como requisito de integração ao tecido social.
3. Funcionamento eficiente e competitivo dos mercados de bens e serviços, financeiros e reais.
4. Equilíbrios macroeconômicos sólidos baseados em altas taxas de poupança interna e investimento, financiamento genuíno do setor público, competitividade internacional, redução drástica do déficit crônico na conta corrente da balança de pagamentos. Através da busca

flexível de preços relativos consistentes com a manutenção do poder aquisitivo e o equilíbrio externo, e uma baixa taxa de inflação.

5. Competitividade da produção nacional, limitando o endividamento externo á capacidade de geração de divisas e investimentos privados diretos em atividades rentáveis que, como mínimo, mantenham em equilíbrio suas operações em divisas.
6. Incorporação generalizada e contínua de mudança tecnológica em todo o sistema econômico e social, participando das correntes dinâmicas do comércio internacional compostas por bens e serviços altamente diferenciados.
7. Presença de um Estado que assegure o desenvolvimento nacional, a integração social, a equidade distributiva e o bem-estar.
8. Soberania monetária, cambial e fiscal, dentro do contexto da economia internacional.
9. Existência de mercados de capital financeiro a serviço da produção e do comércio.
10. Desenvolvimento de concepções arraigadas na realidade nacional e orientadas a dar respostas aos desafios e oportunidades da economia mundial.

A partir desse receituário, pode-se inferir quais as principais diretrizes do projeto novo-desenvolvimentista tal como postulado pelos membros do Grupo Fênix. Em primeiro lugar, e diante da profunda crise institucional enfrentada pela Argentina no momento de produção do documento, coloca-se a necessidade de estabilização institucional para garantir a consecução do projeto. Do mesmo modo, a preocupação com o desemprego e o problema da incorporação de novos e antigos trabalhadores ao mercado de trabalho, com o objetivo de garantir o crescimento com equidade. A preocupação com a competitividade denota a importância de pensar o desenvolvimento capitalista no contexto de um mercado crescentemente integrado e exposto ao comércio internacional. Ao mesmo tempo em que se demanda melhoria das condições (fortalecimento do mercado interno) e das instituições internas (um Estado presente e ativo), reconhece-se a importância de investir em incorporação de novas tecnologias e controles macroeconômicos flexíveis para evitar a deterioração do valor da moeda nacional.

Não se pode ignorar a influência do neoestruturalismo cepalino, conforme propostas formuladas pelo economista chileno, e um dos principais expoentes dessa fase ideológica da CEPAL, Fernando Fajnzylber. Responsável pela formulação do conceito de transformação produtiva com equidade (março, 1990), Fajnzylber atualizou os principais postulados cepalinos, que deram lugar aos diversos planos de substituição de importações na América Latina cuja força motriz era a expansão do mercado

de consumo interno, ao chamar atenção para a necessidade de inovação tecnológica com vistas a uma inserção competitiva no mercado mundial.

ii) *O caso brasileiro*

No Brasil, as mudanças econômicas estruturais foram adotadas com menor intensidade do que nos casos de Argentina e México, cujos processos liberalizantes começaram já nas décadas de 70 e 80. Diniz e Boschi (2004) relacionam esse ritmo diferenciado à resistência dos empresários nacionais em promover a liberalização da economia diante do risco da desindustrialização. Os autores associam esse padrão de continuidade (ou resistência moderada) ao forte corporativismo institucional que passa a caracterizar as relações capital x trabalho a partir dos anos 30.

A constituição de elites estratégicas (seja porque tem poder econômico ou porque tem acesso as instâncias de poder público) é fundamental para constituir metas coletivas. Isto é, o estudo de comunidades epistêmicas pode ser um termômetro desse processo de constituição de elites estratégicas. O fato de termos mais informações sobre o estabelecimento de comunidades epistêmicas no Brasil, pode ser também um indicador importante. Não apenas de uma característica histórica, que tem relação com o corporativismo no Brasil e a organização dos grupos empresariais, mas o modo como se constroem coalizões ou alianças políticas em função de determinados interesses. É importante perceber que essa capacidade de compor alianças é menor tanto na Argentina, quanto no México, devido a fatores histórico-institucionais.

Estudos recentes, embora não conclusivos, vêm demonstrando a emergência de um novo discurso, particularmente no Brasil, a partir dos anos 2000, que defende o papel do Estado como agente indutor do desenvolvimento, mas coloca em questão outras teses defendidas pelos antigos desenvolvimentistas. Destaca-se aqui a produção do economista Fábio Erber⁴ (2008; 2011) sobre o desenvolvimento no Brasil nos anos 90, sobre os projetos de desenvolvimento do governo Lula, e sobre a evolução do que ele chama de convenções desenvolvimentistas. Para Erber, existiriam duas convenções hegemônicas em operação: a ortodoxa liberal e a neo-desenvolvimentista, que compartilhariam a preocupação com o controle rígido da política macroeconômica em busca de estabilização econômica; mas difeririam quanto ao conteúdo social de seus programas. Durante o governo Lula, teria havido, segundo o autor, uma adesão parcial à convenção neo-desenvolvimentista

⁴ O economista Fábio Erber foi professor titular de desenvolvimento econômico do Instituto de Economia da UFRJ, tendo falecido em fevereiro de 2011.

porque as relações entre o governo e suas agências econômicas teriam sido muito conflituosas, com exceção do Banco Central. Como o projeto do governo Lula também tinha como objeto uma política “focalizada” de redistribuição de renda, como a do Programa Bolsa Família, havia uma tensão entre as exigências técnicas de controle inflacionário e de estabilidade cambial e as políticas de expansão de crédito e redistribuição de renda. Com isso, segundo Erber, a agenda institucionalista restringiu sua prioridade à estabilização de preços e deixou o Banco Central no epicentro da política macroeconômica.

A convenção neo-desenvolvimentista estaria subordinada, segundo o autor, à convenção institucionalista restrita, mas à diferença desta, teria uma visão cooperativa da sociedade que se expressaria através do conceito de “pacto social” e das metáforas usadas pelo presidente Lula, em que se poderia entrever a prioridade dada à inclusão social de inspiração keynesiana. Essa convenção teria se tornado mais clara no Plano Plurianual de Aplicações (PPA) 2003-2007 e na Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) e teria sido reforçada a partir de 2006 pela mudança de equipe que ocorreu no Ministério da Fazenda, com a nomeação de Guido Mantega para ministro, e pela reeleição do presidente Lula.

Por outro lado, o autor também advoga a existência de “convenções alternativas” que estariam em busca de hegemonia, como a convenção novo-desenvolvimentista, que se distinguiria por admitir uma relativa flexibilização da política macroeconômica (ligeiro aumento da inflação).

Nesse sentido, a contribuição do economista Bresser-Pereira (2004, 2010, 2011) não pode deixar de ser mencionada. Um dos signatários do documento “Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo”, o autor distingue o novo desenvolvimentismo tanto do pensamento estruturalista latino-americano quanto do *mainstream* neoliberal por não apostar no “desenvolvimento via poupança externa” (endividamento externo). Nesse projeto, segundo ele, a nação seria o agente responsável pela definição da principal estratégia para o desenvolvimento, pela definição de “uma estratégia nacional”, que tenha em vista a especificidade nacional das trajetórias de desenvolvimento. Os novo-desenvolvimentistas defenderiam então o fortalecimento do Estado, e argumentariam (como os estruturalistas) que há nos países de renda média uma tendência à valorização da taxa de câmbio (doença holandesa) e ao crescimento inferior dos salários quando comparados à produtividade, e que essas tendências “estruturais” seriam responsáveis pela persistência dos problemas de má distribuição de renda e falta de demanda efetiva. Como consequência dessas premissas, a política macroeconômica proposta pelo novo desenvolvimentismo seria a da administração da taxa de câmbio

(inclusive via controle de capitais) para alcançar uma taxa de equilíbrio industrial e um maior rigor fiscal em termos de déficit público, além de uma política de rendas em que o aumento dos salários acompanhe o aumento da produtividade. Assim, há uma aposta na flexibilização dos rígidos controles de política macroeconômica ortodoxa em prol da reestruturação econômica.

No caso brasileiro, chama atenção o contexto no qual se insere a proposta do governo do Partido dos Trabalhadores eleito em 2003, que contemplava o combate à pobreza e a redução das desigualdades sociais através de programas de renda, sem flexibilizar os controles macroeconômicos. Assim como a reestruturação de uma rede de agências, como Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada (IPEA), cujo papel de produzir informações que sirvam de base para a produção de políticas públicas foi fortalecido.

O documento a que se faz referência, “Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo” (2010), à semelhança do Plano Fênix, elenca dez ideias motrizes para um modelo de desenvolvimento. Sinteticamente, pode-se destacar:

1. Desenvolvimento entendido como processo estrutural “de plena utilização de todos os recursos domésticos disponíveis, capaz de levar a economia de maneira sustentável à máxima taxa de acumulação de capital com base na incorporação de progresso técnico”;
2. Mercado como locus privilegiado do processo de acumulação de capital, mas o Estado deve desempenhar um papel estratégico no provimento de um arcabouço institucional (regulação das instituições financeiras, investimento produtivo e competitividade internacional) capaz de dar sustentação ao processo de desenvolvimento;
3. Estratégia nacional de desenvolvimento como necessária em um contexto de globalização;
4. Tendência dos salários crescerem abaixo da produtividade e tendência a sobrevalorização da taxa de câmbio, cujos efeitos deletérios podem ser sentidos na retração da demanda;
5. Tendência dos salários crescerem mais lentamente que a produtividade entendida como decorrência da oferta abundante de mão de obra e da economia política dos mercados de trabalho;

6. Tendência à sobrevalorização cíclica da taxa de câmbio em países em desenvolvimento entendida como resultado tanto da dependência da poupança externa na forma de fluxos de capital quanto da doença holandesa no contexto de um mercado de capitais excessivamente aberto e sem apropriada regulação;
7. Doença holandesa (permanente sobrevalorização da moeda doméstica) produz estancamento do setor produtivo ao estimular a especialização produtiva;
8. O financiamento do desenvolvimento econômico deve se originar da poupança doméstica, através da criação de instituições financeiras públicas, de inovação financeira (criação de novos mecanismos de crédito) e suporte ao investimento;
9. O equilíbrio fiscal (relação de longo prazo estável entre a dívida pública e o PIB) e uma taxa real de câmbio que não comprima os setores produtivos nacionais; e finalmente
10. Pleno emprego e estabilidade de preços e financeira como metas primordiais da política econômica que dá sustentabilidade a esse projeto de desenvolvimento.

Os principais signatários desse documento são intelectuais e políticos com atuação significativa no meio acadêmico, intelectual e político. Luiz Carlos Bresser-Pereira, seu principal interlocutor além de intenso produtor, é o diretor do Centro Estruturalista de Desenvolvimento Macroeconômico da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo. O também economista Márcio Pochmann, além de professor do Instituto de Economia da Unicamp, foi presidente do IPEA e foi candidato à prefeitura de Campinas (SP) em 2012. Assim como o atual presidente do BNDES, outro economista, Luciano Coutinho. Outros importantes economistas brasileiros, como Ricardo Bielschowsky, Luiz Gonzaga Belluzzo, Luiz Fernando de Paula e João Sicsú participaram da formulação inicial do documento e continuam produzindo sobre o assunto, fortalecendo a rede de circulação das ideias do novo-desenvolvimentismo.

Ainda no contexto brasileiro, a articulação das ideias dos novos desenvolvimentistas foi reforçada pela atuação⁵ do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) ligado à Presidência da República. Entre 2008 e 2010, sob a presidência de Márcio Pochmann, foi realizado o projeto “Perspectivas do Desenvolvimento Brasileiro”, que pretendia ser uma “plataforma de reflexão sobre

⁵ Merecem menção ainda a Rede Desenvolvimentista ou Rede D (www.reded.net.br), parceira de três instituições: o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica (CECON) da UNICAMP, o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) do MCTI e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Centro Celso Furtado (www.centrocelsofurtado.org), assim como Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas e Estratégias do Desenvolvimento (www.inctpped.ie.ufrj.br).

os desafios e as oportunidades do desenvolvimento brasileiro”, um “projeto abrangente para levar o Ipea ao centro das discussões e decisões correntes acerca das opções e estratégias de desenvolvimento nacional”. Foram promovidos 9 seminários (realizados entre abril de 2008 e agosto de 2009), 2 oficinas (realizadas em agosto e setembro de 2008) e cursos, além de publicados 10 livros, como “Desafios ao Desenvolvimento Brasileiro: contribuições do Conselho de Orientação do Ipea” (Brasília, 2009); “Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas” (Brasília, 2009); “Inserção Internacional Brasileira Soberana” (Brasília, 2010), esse em dois volumes; dentre outros.

iii) *O caso mexicano*

O México iniciou suas reformas também dentro do contexto da crise da dívida externa de 1982, o governo Carlos Salinas Gortari (1988-1994) promoveu uma reforma administrativa que alijou do poder setores tradicionalmente voltados ao pensamento *desarrollista* e alocou na Secretaria de Economia tecnocratas formados em universidades norte-americanas. Esse processo foi marcado por ruptura e incapacidade de produzir um consenso intra-elites em prol do desenvolvimento. De um modelo marcado pelo redistribucionismo, de padrão corporativista, passou-se a uma economia aberta, com a opção clara pela participação em uma área de livre comércio com os Estados Unidos e o Canadá (1994, NAFTA), cujo resultado drástico foi uma forte desindustrialização.

Segundo Abelardo Mariña Flores (2003), como resultado da crise econômica da dívida externa (1982-1987) produziu-se um ajuste recessivo caracterizado por uma ofensiva antitrabalhista e antisindical (processo de desinstitucionalização do trabalho) que, por sua vez, levaram à queda do salário real e do emprego. Esse processo de desestruturação das bases normativas e institucionais do protecionismo comercial estabelecido pela constituição revolucionária de 1917 marcou o início da abertura ao investimento estrangeiro direto e da ampliação da indústria maquiladora voltada para a exportação.

O mesmo autor enfatiza a desvalorização do trabalho com o estabelecimento de um novo critério de negociação salarial, baseado na inflação esperada e não mais na real. Desse modo, o salário deixa de ser o meio de sustento dos trabalhadores e passa a ser considerado como um medidor de custo de produção (da mão de obra).

O marco dessas reformas, segundo Mariña Flores pode ser estabelecido no momento em que o Partido Revolucionário Institucional, o PRI, ganha as eleições de 1988 e coloca no poder a fração

“globalizadora-monopólica-financiadora”, representada pelo candidato eleito Carlos Salinas Gortari, em oposição aos defensores do desenvolvimentismo que compunham a Frente Democrática Nacional.

Esse mesmo autor destaca as principais características do modelo neoliberal mexicano: precariedade estrutural com depressão do mercado interno; desequilíbrio externo, financeirização, deterioração da capacidade produtiva, política monetária passiva e política fiscal regressiva, assim como política industrial assistencialista. Esse modelo mostrou seus limites, assim como nos casos brasileiro e argentino, no período 2000-2001, que deu fim ao período de expansão econômica iniciado em 1993 e culminou com a crise financeira iniciada em 2007. Nesse contexto, surge o grupo Nuevo Curso Económico, no bojo da crítica aos anos de estagnação econômica.

A partir de um documento elaborado, chamado “México frente a la crisis: hacia un nuevo curso de desarrollo”, e enviado ao Congresso Nacional em 2009, economistas mexicanos, sob os auspícios da Universidad Nacional Autónoma de México, elaboraram um plano para a retomada do crescimento econômico e para a melhoria das condições sociais. Como as comunidades epistêmicas analisadas para os casos do Brasil e da Argentina, esse grupo é formado majoritariamente por economistas e políticos de prestígio, como, por exemplo, Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, candidato da Frente Democrática Nacional às eleições presidenciais de 1988; Carlos Heredia Zubieta, economista formado pelo Instituto Tecnológico Autónomo de México (ITAM); David Ibarra Muñoz, economista da UNAM que desempenhou funções de secretário da Fazenda durante o governo de José Lopez Portillo (1977-1982); e Ciro Murayama Rendón, economista da UNAM e membro do órgão executivo do Instituto de Estudos para a Transição Democrática (IETD).

De acordo com esse documento, bem mais extenso e difícil de sintetizar por não apresentar algumas ideias principais e basilares, mas se ocupar também de assuntos mais específicos como reforma educacional, do sistema de saúde e previdenciário, além de tratar do problema da desocupação juvenil e do êxodo de mão de obra (mormente para os Estados Unidos), extrai-se, à semelhança dos dois tratados anteriormente: a crítica ao modelo de acumulação capitalista neoliberal, a importância de um papel mais ativo por parte do Estado, e a necessidade de um projeto nacional para “recuperar” as perdas sociais das últimas décadas.

Em especial, destaca-se no documento a necessidade do México construir um “novo curso de desenvolvimento”, caracterizado por crescimento maior do que o das últimas décadas e pela capacidade de gerar excedentes que sustentem a redistribuição sustentada da renda e das

oportunidades e que dê lugar “a um regime de proteção social universal” (p.13). Levando em consideração a abundância de mão de obra (característica estrutural das economias latino-americanas) e o processo de informalização do trabalho, com queda vertiginosa do emprego formal, além da migração laboral, o documento aponta na mesma direção dos outros dois aqui analisados, no que toca a necessidade de valorizar o trabalho. Isto significa impedir quedas muito grandes do valor real do salário, que gerem o enfraquecimento do mercado interno.

Como objetivos de política industrial, o documento exorta a elaboração de uma política industrial direcionada aos próximos vinte anos (2009-2029) capaz de promover a integração nacional dos setores produtivos regionais. Segundo seus autores, esse plano deveria levar em conta: a promoção do mercado interno enquanto mecanismo central da industrialização via investimentos públicos e privados; a busca por um novo tipo de inserção internacional para a indústria manufatureira mexicana via renovação das políticas de comércio exterior; o fortalecimento e a modernização das pequenas e médias empresas; a regulação das empresas oligopolistas e monopolistas; a determinação de critérios de desempenho para os investimentos externos diretos; a utilização de verba pública a favor da indústria nacional; assim como a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação (p.21).

A guisa de síntese e para facilitar a comparação do documento com seus congêneres, destacam-se os 10 principais pontos (embora eles extrapolem os 100 pontos na versão estendida):

1. Desenvolvimento como processo estrutural, deve ser compreendido em uma visão de conjunto da crise global e seu impacto sobre a economia mexicana;
2. Uma análise crítica da política econômica vigente no México e das alternativas existentes;
3. Necessidade de um novo modelo de desenvolvimento através da adoção de uma política anticíclica;
4. A questão econômica no México entendida não como um déficit circunstancial das finanças públicas, mas como manutenção de uma estratégia que induz o desmantelamento do aparato produtivo e perpetua a desigualdade;
5. Necessidade de um enfoque integral que articule as propostas de política fiscal, social e laboral, que contemple a criação de um Conselho Econômico e Social;
6. Propostas levam em conta experiências adotadas por outros países, como Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil (nessa ordem);

7. Reposicionamento do Estado enquanto agente público para “recuperar as capacidades constitucionais do Estado nacional para estimular o crescimento e auspiciar a sustentabilidade, assim como encarar a desigualdade e a pobreza”;
8. Reconhecimento da causa da baixa criação de postos de trabalho, isto é, como resultado da demanda laboral insuficiente, do baixo crescimento econômico e de escasso acervo de capital. Advogam pela criação de postos de trabalho e pela mudança da estrutura do sistema trabalhista (no sentido de gerar postos de trabalho com maior especialização e melhores salários) e recriminam o processo de precarização do trabalho via mudança legislativa;
9. Necessidade de promover um programa nacional de investimentos que “inclua vastos esforços”, que não seja imposto por decreto mas sim que conte com a participação de vastos setores da sociedade;
10. Fortalecimento do processo de acumulação de capital internamente para sustentar o projeto nacional de desenvolvimento, recuperando o papel protagônico do Banco do México como catalizador desse processo.

É interessante perceber que esse documento, elaborado em 2009, foi objeto de análise dos grupos de assistência aos candidatos presidenciais das eleições 2012. Contudo, seu efeito sobre o plano do atual presidente ainda não pode ser medido.

iv) painel geral dos casos

A seguir, encontra-se um tabela com a classificação das três comunidades epistêmicas em análise, usada como ponto de partida para o desenvolvimento deste trabalho exploratório:

Características/Países	Argentina	Brasil	México
Nome	<i>Grupo Fênix</i>	<i>Novo-Desenvolvimentismo</i>	<i>Novo Curso Econômico</i>
Sede Institucional	UBA (Faculdade de Economia)	FGV-SP; Unicamp; UFRJ (Áreas: Economia)	UNAM (Faculdade de Economia)
Data Assinatura Documento-Base	Dezembro de 2001 <i>“Hacia El Plan Fênix, diagnóstico y propuestas. Una estratégia de reconstrucción de la economia argentina para el</i>	Maio de 2010 <i>“Dez Teses sobre o Novo Desenvolvimentismo”</i>	2009 <i>“México frente a la crisis: hacia un nuevo curso de desarrollo”</i>

	<i>crecimiento con equidad</i> ⁷		
Principais Veículos de Divulgação	Enoikos Revista de la Facultad de Ciencias Económicas (19 e 20), Página Virtual do Plan Fênix, Seminários e Reuniões	Rede Desenvolvimentista (Unicamp/MCTI/IPEA); Blog Bresser-Pereira, Mídia Impressa (Carta Capital, entre outros), Seminários e Reuniões	IETD – Instituto de Estudios para la Transición Democrática; Mídia Impressa
Principais Articuladores	Aldo Ferrer, Jorge Katz, Saúl Keifman, Abraham Leonardo Gak, Mario Rapoport.	Bresser-Pereira, João Sicsú, Ricardo Bielschowski, Fernando Nogueira da Costa, Márcio Pochmann.	Cuauhtémoc Cárdenas Solórzano, Carlos Heredia Zubieta, Ciro Murayama Rendón.
Principais Formulações	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crítica ao neoliberalismo 2. Valorização de controles macroeconômicos 3. Aspecto social do processo de desenvolvimento capitalista 4. Estado como mediador dos conflitos capital x trabalho 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estado como indutor do desenvolvimento 2. Especificidade países renda média (valorização do câmbio e depreciação do trabalho como obstáculos estruturais) 3. Valorização de controles macroeconômicos (com relativa flexibilização) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Crítica ao modelo de acumulação capitalista neoliberal 2. Papel mais ativo por parte do Estado 3. Necessidade de um projeto nacional para “recuperar” as perdas sociais das últimas décadas

Ainda que preliminar, essa tabela permite-nos identificar uma série de caminhos para posterior investigação. Além de verificar quais as comunidades epistêmicas e suas redes de circulação de conhecimento podem ser objeto de análise em cada um dos casos analisados, é necessário averiguar quais são as outras possíveis instituições atreladas, que funcionariam como tentáculos no processo de irradiação das ideias e programas acima relacionados.

3) Caminhos de pesquisa: o que podemos e devemos interrogar?

Sem ignorar as enormes diferenças existentes entre os três documentos analisados, assim como os diferentes contextos de sua produção, pretendeu-se destacar os aspectos similares na produção de ideias relativas a caminhos alternativos para o desenvolvimento no contexto de crise dos modelos neoliberais. Em comum, as estratégias propostas pelas comunidades epistêmicas conformadas nos três países em questão, tendem a valorizar o papel do Estado como regulador da economia e indutor

do crescimento econômico, assim como o papel de redistribuidor de renda. Também fazem um apelo a revisão da política econômica calcada em controles rígidos da inflação e do equilíbrio fiscal. Ao mesmo tempo em que demandam políticas de valorização da produção nacional e do emprego. Não há qualquer intenção de abandonar o sistema capitalista ou propor uma reversão de seus fundamentos (lucro e geração de mais-valia), ainda que haja uma preocupação com o bem-estar social consubstanciada na crítica às políticas econômicas restritivas.

Sendo esse um trabalho em estágio exploratório, considera-se que a partir dessa primeira aproximação pode-se elaborar uma série de questões que devem ser aprofundadas nas próximas etapas de pesquisa e podem servir de sugestão a pesquisadores interessados no tema.

Para além de perceber a emergência de grupos de intelectuais influentes preocupados em estabelecer um debate público (seja através da academia, seja através da imprensa), percebe-se a recorrência de termos utilizados em períodos anteriores do desenvolvimento capitalista de cada um desses três países. Períodos que foram fortemente influenciados pelas ideias geradas no interior da CEPAL e que representam, por assim dizer, uma experiência compartilhada por Argentina, Brasil e México.

Propõe-se aqui algumas indagações, ainda sem respostas, que servem de orientação para a pesquisa: Quais possíveis inferências podem ser feitas a partir da análise desses três casos? Há uma orientação comum, compartilhada por esses três grupos de distintas nacionalidades e gerados para dar cabo de realidades nacionais específicas e distintas? Quais são os eixos fundamentais das estratégias apresentadas? São semelhantes? Em que se distinguem?

Outro tópico de interesse e que gera questões importantes diz respeito às causas explicativas do surgimento dessas comunidades epistêmicas em contextos distintos. Pode-se explicar o surgimento dessas comunidades epistêmicas a partir da crise do neoliberalismo, da ascensão da China e a valorização das commodities, das transformações na economia global (crescimento do setor financeiro em detrimento do setor produtivo)? Será que esse surgimento pode ser atribuído mais especificamente a uma mudança interna, a ascensão de governos de esquerda mais voltados para a resolução de questões sociais? Há um componente explicativo comum que indique uma característica específica da América Latina?

Do mesmo modo, é importante indagar sobre a eficácia dessas estratégias, isto é, seriam elas capazes de se traduzirem em políticas públicas e de atingirem o consenso social necessário para que fossem

colocadas em prática. Qual o grau de permeabilidade desses grupos relativamente às instituições governamentais? Essas comunidades epistêmicas são efetivas quando se trata de formular e implementar políticas públicas?

A partir dessas questões, buscaremos conformar um quadro das redes de circulação de ideias sobre o desenvolvimento na América Latina, com foco nesses três casos específicos.

Referências Bibliográficas:

ALMEIDA FILHO, Niemeyer; CORREA, Vanessa Petrelli. A CEPAL ainda é uma escola do pensamento? Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, Apr. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482011000100004&lng=en&nrm=iso>. Access on 15 Oct. 2012.

<http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482011000100004>

BIELSCHOWSKY, R. Org. Cinquenta Anos de Pensamento na Cepal. Tradução de Vera Ribeiro. Volume I e II. Rio de Janeiro: Record, 2000a.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000b. 480 p.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A longa duração: escritos sobre história. São Paulo: Perspectiva, 1978;

BRESSER-PEREIRA, L.C. Novo desenvolvimentismo: uma proposta para a economia do Brasil. Nueva Sociedad edição especial em português, 2010. Disponível em:

http://www.bresserpereira.org.br/papers/2010/10.26.Brasil_novo_desenvolvimentismo-Nueva_Sociedad.pdf

BUSTELO, S. Desenvolvimento na América Latina: o desempenho recente da Argentina (2002 – 2008), PONTO DE VISTA, Nº 1, janeiro 2013, ISSN 1983-73X

CASTELO-BRANCO, Rodrigo. O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do estruturalismo latino-americano, OIKOS, Rio de Janeiro, Volume 8, n. 1 • 2009 | ISSN 1808-0235 | www.revistaoidos.org | pgs 71-91;

CEPÊDA, V. A. Estado, democracia e nação na teoria do subdesenvolvimento. Disponível em: <http://www.sep.org.br/artigo/_861_d4b012a6ed845f6bac443e6cd55e34a7.pdf . Acesso em: 07/10/2011.

CEPÊDA, V. A. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. Estud. av., São Paulo, v. 26, n. 75, Aug. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

40142012000200006&lng=en&nrm=iso>. access on 24 Oct. 2012.

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142012000200006>.

COSTA LIMA, Marcos. Repensando as teorias do desenvolvimento na América Latina e na Índia, Desigualdade & Diversidade – Revista de Ciências Sociais da PUC-Rio, nº 7, jul/dez, 2010, pp. 137-152.

Curi, Luiz Felipe Bruzzi, e A. Saes. "ROBERTO SIMONSEN, WLADIMIR WOYTINSKY E O PERÍODO ENTREGUERRAS." *Anais do 39o Encontro Nacional de Economia–ANPEC* (2012).

DINIZ, Eli; e BOSCHI, Renato. UMA NOVA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO?

Capítulo de livro a ser publicado “O que esperar do Brasil”, organizado por L.C.Bresser-Pereira, Rio de Janeiro: Editora FGV. Trabalho apresentado no 8o. Fórum de Economia da Fundação Getulio Vargas, “O que esperar do Brasil nos próximos três anos?”. São Paulo, 26-27 de setembro de 2011.

DINIZ, Eli. O Contexto Internacional e a Retomada do Debate sobre o Desenvolvimento no Brasil. Dados-Revista de Ciências Sociais, 2011 - SciELO Brasil

ERBER, F. (2008a) – “The evolution of development conventions”, www.ie.ufrj.br, XII, International Schumpeter Society Conference.

ERBER, F (2008b) – “Development projects and growth under finance domination – the case of Brazil during the Lula years (2003-2007)” *Revue Tiers Monde* n. 195, 2008.

ERBER, Fábio. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. *Revista de Economia Política* 31 (1), 2011.

EVANS, P. (1997). The Eclipse of the State? Reflections on Stateness in an Era of Globalization. *World Politics*, vol. 50, Nº 1, October 1997.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. “Idéias, Conhecimento e Políticas Públicas: Um Inventário Sucinto das Principais Vertentes Analíticas Recentes”, *Revista Brasileira de Ciências Sociais* 18 (51): 21-30. 2003.

FERRER, Aldo. EL PLAN FENIX (3/8/2005). Disponível em:

<http://www.econ.uba.ar/planfenix/aportes/8/index.htm>

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Fundo de Cultura, 1961 (republicado pela Contraponto Editora).

FURTADO, C. A invenção do subdesenvolvimento. *Revista de Economia Política*, 1995.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O Contrato Social da Pesquisa: em busca de uma nova equação entre a autonomia epistêmica e autonomia política. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação* – v.4, n.1, fev/2003.

HARVEY, D. *A Brief History of Neoliberalism*, Oxford Press, 2005.

HALL, P; & TAYLOR, R.C.R. As três versões do neo-institucionalismo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, volume 0, número 58, páginas 193-223. 2003 – Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/ln/n58/a10n58.pdf>

JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro, ISEB, 1958.

KUPFER, D. Em busca do setor ausente. In: SICSÚ, J; CASTELAR, A. (orgs.) *Sociedade e economia: estratégias de crescimento e desenvolvimento*. Brasília : Ipea, 2009.

RIDENTI, Marcelo. Desenvolvimentismo, o retorno. *Revista Espaço Acadêmico*, 2009 – centrovictormeyer.org.br.

RICUPERO, Rubens. *O Brasil e o Dilema da Globalização*. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. Tradução e apresentação de Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SICSÚ, J; PAULA, L.F. De; MICHEL, R. Por que um Novo-Desenvolvimentismo? *Jornal dos Economistas*, no. 186, janeiro de 2005, p. 3-5

STIGLITZ, J. E. (2002). *A Globalização e seus Malefícios*. São Paulo, Futura.

SCHMIDT, V. Reconciling Ideas and Institutions Through Discursive Institutionalism
In: BELÁND, D. & COX, R. (eds). *Ideas and Politics in Social Science Research*, Oxford University Press, 2011.

TREBER, Salvador. LA ACTUALIZACIÓN DEL “PLAN FÉNIX”. La inquietud inicial de un grupo de profesores de Ciencias Económicas de la UBA se corporiza en una alternativa Comercio&Justicia, Ed. 12/08/2005.

VIDAL, G. & GUILLÉN, A. (coord.) *Repensar la teoría del desarrollo en un contexto de globalización: homenaje a Celso Furtado*. CLACSO Libros, 2007.

Páginas da internet consultadas:

DEZ TESES SOBRE O NOVO DESENVOLVIMENTISMO. Disponível em:

<http://www.tentheseonnewdevelopmentalism.org/subscribers.asp>

HACIA EL PLAN FENIX DIAGNOSTICO Y PROPUESTAS Una estrategia de reconstrucción de La economía argentina para el desarrollo con equidad. In: *Enoikos Revista de la Facultad de Ciencias Económicas* Nº 19 y 20, los que constituyen los documentos básicos del Plan Fénix presentados en los años 2001 y 2002. Disponível em: <http://www.econ.uba.ar/planfenix/index2.htm>

NUEVO CURSO DE DESARROLLO. Disponível em:

<http://www.nuevocursodedesarrollo.unam.mx/>

